

O II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS PELO OLHAR DAS ATIVISTAS BAIANAS

Ana Cristina Conceição Santos

Universidade Federal do Ceará

E-mail: ayana_candace@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo trata do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em Salvador, em 1991. Temos como objetivo analisar como as ativistas baianas se articularam com as organizações nacionais ligadas a esse segmento, quais os entraves e desafios enfrentados, quais os temas debatidos e quais os resultados desse encontro.

Palavras-chave: mulheres negras; movimento social; segundo encontro nacional de mulheres negras.

Abstract: This paper analyzes the Second National Black Women's Conference, that took place in Salvador, in 1991. Our goal is to examine how the local activists articulated with national organizations associated to this social segment, the challenges they faced, the topics discussed as well as the conference's results

Keywords: black women; social movement; second national Black women's Conference.

Introdução

O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. (CARNEIRO, 2003, p. 129).

As mulheres negras sempre tiveram participação importante na luta contra as disparidades causadas pelo racismo, sendo muitas vezes protagonistas de ações coletivas. Como exemplo, temos Luiza Mahin, que no século XIX, em Salvador, foi uma importante articuladora da revolta dos Malês, e Maria Felipa, considerada a heroína negra da independência da Bahia, que liderou outras mulheres nos embates contra a dominação portuguesa. Essas ações são, na maioria das vezes, camufladas, ofuscando histórias de resistência e luta.

As mulheres negras empreenderam processos de organização desde a época do Brasil Colônia, os quais têm continuidade na contemporaneidade. Ao se unirem em espaços como os encontros feministas, as organizações dos movimentos negros, os movimentos sindicais, etc., elas pautaram e reivindicaram ações que contemplassem suas múltiplas identidades: racial, de gênero, sexual, geracional, entre outras.

Silva (2014) comenta sobre os espaços de organização das mulheres negras anteriores à década de 1970, a exemplo do Conselho Nacional de Mulheres Negras e o Congresso Nacional de Mulheres Negras, ambos datados de 1950 e ligados ao Teatro Experimental do Negro (TEN). A autora salienta que, naquela época, *“já éramos mulheres e negras, do ponto de vista argumentativo e da construção identitária.”* (p. 36).

Neste trabalho faço uma apreciação do II Encontro Nacional de Mulheres Negras (II ENMN), que foi realizado no ano de 1991, em Salvador, a partir da análise de entrevistas concedidas por três ativistas baianas¹ nascidas na década de 1950 naquela cidade, onde ainda residem e atuam. Também analisa a fala de duas co-participantes do Rio de Janeiro², que revelam como as ativistas se articularam em âmbito nacional, como o evento se desenrolou e a quais resultados chegou.³

1 Neste artigo utilizaremos nomes fictícios para as ativistas baianas, a saber: Adeola, Ayan e Johari.

2 Também utilizaremos nomes fictícios: Iruwa e Latasha. A intenção em escutar as coparticipantes foi compreender qual a visão dessas mulheres sobre a participação e construção política das militantes negras soteropolitanas em âmbito nacional.

3 É importante salientar que o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN), ocorrido na cidade de Valença/RJ, em 1988, teve a participação das ativistas baianas que, desde o ano anterior, no IX Encontro Feminista realizado na cidade de Garanhuns/PE, decidiram se organizar e promover a segunda edição do Encontro

Organizando o II Encontro Nacional de Mulheres Negras – entraves e desafios

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN) foi um momento de convocação de mulheres atuantes em diferentes espaços e pertencentes a diversas cidades do Brasil para refletir e se posicionar sobre suas experiências e as adversidades em ser mulher negra na sociedade brasileira. O tema central eleito para o I ENMN foi *A Mulher Negra*. A partir dele procurou-se abordar vários aspectos desse segmento na sociedade atual: desde questões subjetivas, como a ideologia do embranquecimento e a estética, a assuntos históricos, políticos, sociais e econômicos. Isso fica evidente nos subtemas do encontro: as mulheres negras e o trabalho; as mulheres negras e a legislação; as mulheres negras e o mito da democracia racial; as mulheres negras e a sexualidade (SILVA, 2014).

Esse primeiro encontro proporcionou o desvelamento dessas mulheres enquanto atrizes sociais; permitiu que elas demonstrassem o seu poder organizativo; e possibilitou, ao questionar as opressões vivenciadas na sociedade, que elas evidenciassem as formas como poderiam influenciar na formulação de políticas. Esses fatores foram decisivos para que as ativistas ali presentes decidissem dar continuidade às discussões sobre gênero e raça, levando-as à preparação de um segundo encontro.

Após a realização do I ENMN, as mulheres negras levaram um ano para iniciar a preparação da segunda edição do evento.

O tema elegido para o II ENMN foi *Mulher Negra, Organização, Estratégias e Perspectivas*. A adoção dessa temática (...) “visava a definição de um projeto político nacional que desse respostas para a situação da mulher negra em nosso país, encaminhando uma proposta unitária de luta dentro desta diversidade social, cultural e política em que vivemos.” (Relatório Final do II ENMN, 1991, p.03). A escolha desse tema guardava relação com a conjuntura do início da década de 1990, que, sob o governo do presidente Fernando Collor de Melo, foi marcada por questões políticas, sociais e econômicas relevantes como a queda do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento do desemprego e a alta da inflação. A situação de pobreza atingia 40% da população, sendo que, desse percentual, 63% eram negros e negras (HENRIQUES, 2001). Essa situação incidiu sobre as perspectivas de organização do encontro, notadamente no que se refere à captação de recursos para a sua realização.

Nacional de Mulheres Negras. Portanto, o encontro feminista permitiu que várias mulheres negras, de várias cidades brasileiras, se articularassem em torno de pautas que abordassem as especificidades das articulações entre raça e gênero.

De acordo com o boletim informativo do II ENMN, publicado em 1991, e com os relatórios produzidos a partir das discussões que ali ocorreram, é possível afirmar que, ao longo de dezenove meses, aconteceram nove reuniões preparatórias que contaram com a participação de representantes de quinze estados e do Distrito Federal.

Tabela 1 - Reuniões preparatórias para o II ENMN

Reuniões	Data	Local	Estados participantes	Principais deliberações
1ª reunião	02/02/1990	Rio de Janeiro/RJ	RJ, SP, PR, ES, GO, MG, PA, SC, RS e DF	Definição do caráter, temário e critérios de participação no II ENMN; sugestão de estado-sede; definição da data de realização; e definição das agências financiadoras.
2ª reunião	21 e 22/04/1990	Campinas/SP	BA, MG, RJ, SP e DF	Definição da composição da comissão organizadora; realização do encontro em um dos estados da região Norte ou Nordeste; e mobilização nos estados.
3ª reunião	11 e 12/08/1990	Brasília/DF	RJ, SP e DF	Solicitação ao Nzinga do relatório ou registro do I ENMN; produção de um boletim informativo assim que tiver a formação da comissão organizadora; e definição do mês de outubro para realização do encontro.
4ª reunião	02, 03 e 4/11/1990	Brasília/DF	BA, PR, MG, RJ e DF	Definição de que os estados que participaram dessa reunião passaram a compor o fórum da Comissão Nacional.
5ª reunião	12 e 13/01/1991	Salvador/BA	BA, MG, RJ, PE, SE, SP, RN, SC e DF	Definição da data limite para formar a comissão nacional e definição do estado da Bahia como sede do encontro.
6ª reunião	23 e 24/02/1991	Belo Horizonte/MG	RJ, MG e DF	Análise do estatuto pela comissão; sugestão para a estrutura da comissão nacional; carta-projeto.
7ª reunião	29, 30 e 31/03/1991	Recife/PE	RJ, SC, MA, PE e BA	Discussão do estatuto; campanhas contra a esterilização e a pedagogia multirracial; questionamentos sobre o IV Congresso de Cultura Negra das Américas. Definição do temário e logomarca.

8ª reunião	01, 02 e 03/06/1991	Salvador/BA	BA, MG, RJ, PE, SP, SC, AL, PA e DF	Definição do temário e logomarca.
9ª reunião	30, 31/08 e 01/09/1991	Rio de Janeiro/ RJ	BA, MG, RJ, PE, SP, RS e MA	Definição da data limite para que os financiadores se posicionem. Lançamento nacional do II ENMN e definição da taxa de 10 mil cruzados para a inscrição.

Fonte: Boletim Informativo do IENMN, 1991.

Todas as regiões brasileiras tiveram representação em pelo menos uma reunião, as quais foram sediadas em cinco capitais e em uma cidade de grande porte. O estado que esteve presente em todos esses eventos preparatórios foi o Rio de Janeiro. Os relatórios mostram que a ausência de algumas representantes nas reuniões era decorrente da falta de recursos financeiros, o que gerava a impossibilidade de deslocamento. Na terceira reunião, realizada em Brasília, as participantes destacaram a ausência do relatório final do I ENMN, que estava sob a responsabilidade do grupo Nzinga. As nossas entrevistadas não garantiram que esse relatório de fato existiu.

Apesar das dificuldades, reunir-se em diferentes cidades foi algo visto como positivo, pois permitiu que as mulheres pudessem vivenciar realidades diferentes das suas, a exemplo do que ocorreu na sexta reunião preparatória realizada em Recife, que no encerramento teve diversas manifestações culturais, como dança do jongo, maracatu, ladainha e afoxé (Boletim da VI Reunião Preparatória para o II ENMN, março de 1991). Foi também nessa reunião que as ativistas de Recife e do Rio de Janeiro deram informes sobre suas participações no V Encontro Latino-Americano Feminista, que aconteceu na Argentina, em 1990, destacando que as mulheres negras de diferentes países que estavam lá (Uruguai, Haiti, República Dominicana e Jamaica) tiveram a ideia de fundar a Rede Latino-Americana e do Caribe de Mulheres Negras, em 1992, em um encontro na República Dominicana. Tal rede teria o Brasil como comissão operativa, com três representações, devido ao tamanho do país.⁴

A última reunião preparatória demonstra que o II ENMN só foi lançado faltando dois meses para o seu início. Isso, contudo, quando se observa o número de inscritas (428), não parece ter sido um fator negativo.

4 Este trabalho não vai se deter no exame da formação dessa rede. No entanto, é importante revelar a contribuição das brasileiras, em especial da entrevistada Adeola, que esteve em 1992 na República Dominicana e participou da sua formação.

Em Salvador, as mulheres se movimentavam. Para angariar recursos para a realização do II ENMN, elas promoviam eventos como jantar com show musical e bingo. Também convocavam as mulheres baianas para, em reuniões coletivas, construir o encontro. Essas atividades foram publicadas no jornal *A Tarde*, que tem circulação em toda região Nordeste.

A organização do encontro não se deu sem conflitos, como destacou Iruwa. Um deles dizia respeito à compreensão sobre a sua abrangência nacional.

E uma das grandes dificuldades nossa era fazer com que as companheiras de Salvador entendessem que o encontro não era baiano; que era um encontro nacional realizado na Bahia. Claro, com toda a infra, com todo o apoio que a comissão local oferecesse, mas era um encontro nacional. Esse foi um dos grandes entraves, um dos grandes problemas que a gente teve.

Esse não entendimento estimulava a tendência em se querer alocar ativistas baianas nas posições de oradoras, o que terminava sendo visto como uma tentativa de centralização e de concentração de poder.

A gente sabia de um determinado tema que alguém no Rio Grande do Sul desenvolvia muito bem, e que sabia do que tava falando, e a gente queria colocar aquela pessoa na mesa. Aí as companheiras: 'Ah não, porque tem que ser fulana da Bahia, porque tem que ter gente da Bahia'. E às vezes aquela pessoa que elas colocavam na mesa não era uma pessoa que tinha a experiência e o conhecimento que a gente falava. E aí começam nossos principais embates. (Iruwa).

Apesar disso, analisando a programação do II ENMN, notamos que há uma predominância da representação do Rio de Janeiro nas mesas. O evento teve um painel de abertura e três mesas temáticas contando com a participação de catorze convidadas das regiões Nordeste e Sudeste, sendo oito do Rio de Janeiro, quatro da Bahia, uma do Maranhão e uma de São Paulo. Será que as ativistas cariocas detinham maior experiência e conhecimento para ocupar esses lugares de fala? Será que a comissão organizadora não reivindicou uma maior diversidade regional na composição das mesas? Infelizmente não dispomos dessas informações.

Tensões de outros tipos marcaram o evento. No relatório final há uma carta-renúncia escrita por um grupo de doze ativistas baianas, ligadas ao Movimento Negro Unificado (MNU), que integravam a comissão organizadora do II ENMN. Na carta, elas destacam como um dos motivos do seu afastamento o academicismo que estava norteadando o evento:

Definição de critérios academicistas para a exposição dos trabalhos durante o Encontro, critérios esses definidos de acordo com o interesse de um ou outro estado sem levar em consideração a posição da Comissão Nacional. Esses critérios, como no caso da Comunicação, não levaram em conta o conhecimento prático das mu-

Iheres negras, o que denota a falta de conhecimento da nossa realidade. (Relatório Final do II ENMN, 1991, p. 09).

O exame da carta-denúncia evidencia a existência de outras cisões na organização do encontro. As signatárias, de um lado, afirmavam que tinham confiança de que as falhas do primeiro encontro fossem superadas e que o II ENMN cumpriria o seu propósito. Por outro lado, além das chamadas *preferências academicistas*, a carta também apontava para a existência dos seguintes problemas no encontro de Salvador: valor da inscrição considerado elevado (representava 24% do salário mínimo da época); falta de compromisso dos estados na captação de recursos; centralização e presunção por parte da coordenação nacional de que as organizadoras baianas não tinham amadurecimento político para gerenciar o evento (Relatório Final do II ENMN, 1991).

Adeola, que fazia parte da coordenação de finanças e da coordenação política, foi uma das que renunciou, sendo substituída por outra ativista baiana. Ela entende que sair da comissão organizadora foi necessário para preservar sua saúde, assim como acredita que outras mulheres negras não esperam que as ativistas se desgastem a ponto de adoecer. Lélia Gonzalez (1991), ao avaliar a militância negra, afirma que na maioria das vezes investimos com tanta intensidade no ativismo que não temos a percepção da nossa temporalidade, e que é necessário ter a *paciência revolucionária* que permitirá o equilíbrio necessário para o conhecimento dos nossos limites. Gonzalez prossegue com a sua reflexão nos alertando que exigências e lutas internas ocorrem porque cobramos demais dos outros e de nós mesmos. Por isso, acabamos por renunciar à nossa “(...) existência pessoal em função do movimento e temos verificado quantos companheiros se perderam no meio do caminho.” (1991, p. 09).

Foi em meio as tensões até aqui relatadas que Iruwa chegou em Salvador para participar do encontro dias antes do seu início. A decisão das ativistas baianas de se afastarem do II ENMN gerou um déficit de pessoal que incidiu negativamente sobre as outras organizadoras do encontro. Isso foi notado por Iruwa, que chegou em Salvador para participar do encontro dias antes do seu início em meio às tensões até aqui relatadas. Para ela, a saída, que considera equivocada, de parte das organizadoras se deu por influência de um coletivo maior do qual aquelas ativistas eram integrantes, o Movimento Negro Unificado (MNU).

A saída de membros da comissão foi objeto de reflexão por parte de outras participantes, como a hoje deputada federal Benedita da Silva. Sobre isso, Iruwa afirma:

A Benedita tem uma fala muito bonita no encontro e ela fala justamente de como é que um encontro que chama pra estratégia de organização, a própria comissão local racha no dia do encontro. E aí Benedita chama pra responsabilidade naquele momento, o que talvez tenha ajudado um pouco a resolver. Mas eu acredito mesmo que muita coisa ali foi causada por problemas políticos que já se anunciavam. (Iruwa).

A participação de homens negros e mulheres brancas e as influências partidárias são exemplos de outros problemas que subjaziam à ruptura aqui em discussão. Johari, que veio auxiliar na realização do encontro em função da saída de Adeola, abordou uma dessas questões quando foi entrevistada.

Eu fui chamada por Cida pra tentar ajudá-la, que ela tava com esse pepino porque as meninas da organização aqui de Salvador racharam. Uma parte queria que o encontro acontecesse; a outra parte não queria. E a nível nacional também o movimento tava rachado. Na época tinha uma parte que achava que os homens deveriam participar, as outras partes achavam que não devia. (Johari).

Dilemas financeiros e contábeis também podem ser incluídos no rol de fatores que contribuíram para a emergência da crise. A organização do evento tinha uma coordenação de finanças, composta por ativistas baianas, e uma coordenação de secretaria, formada por ativistas cariocas e fluminenses. Contudo, não existia uma conta bancária para depositar os recursos captados. Por esse motivo, a secretaria do evento ficou alocada no Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), localizado na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, segundo informação de Iruwa, parte do dinheiro arrecadado era depositado em contas pessoais.

Depois o outro embate como não podia deixar de ser era o embate de dinheiro porque não tínhamos contas bancárias; não tínhamos instituições de negras fortes que quisesse bancar. GELEDÉS já existia, mas não entrou nessa rede nacional. De São Paulo eram outras mulheres na comissão nacional. Então não tínhamos por onde passar o dinheiro. Por onde vai passar o dinheiro? Pelo CEAP! Entendeu! Pelo grupo de mulheres do CEAP, o dinheiro pra fazer o evento. Então, algumas contas de mulheres foram disponibilizadas pra que se fizessem alguns depósitos. Não devo te dizer que não deu confusão, porque deu um rolo imenso. (Iruwa).

As implicações desse modelo de gestão financeira foram severas. A formação de uma nova comissão, decorrente do afastamento das militantes baianas, para a prestação de contas do encontro com a presença de mulheres que não participaram de toda a sua organização, gerou uma desconfiança entre as ativistas em torno do volume e da destinação dos recursos.

Foi uma comissão enlouquecida montada na última hora. Juntaram-se algumas mulheres de alguns estados, inclusive do Rio de Janeiro. Uma desconfiança: “cadê o dinheiro? Que tinha que ter tanto, que tinha que ter isso.” (...) E isso foi muito desagradável. Isso foi um verdadeiro absurdo, isso foi uma verdadeira falta de res-

peito e de confiança entre nós, e isso não pode acontecer nunca mais! Naquela época tinha que abrir uma conta bancária específica em Salvador. Não foi aberta essa conta bancária e nós tivemos que abrir nossa conta bancária. (Iruwa).

No relatório final, aparece como recomendação que no terceiro encontro se criasse um fundo estadual que tivesse uma conta bancária em nome da coordenação nacional. Seria nessa conta que os pagamentos das inscrições do próximo encontro deveriam ser feitos.

As tensões até aqui mencionadas refletiam a multiplicidade de ideias e crenças das mulheres que estavam organizando o evento que, aliadas com a insuficiente experiência em preparar um encontro do porte do IIENMN, desencadeou a geração de um clima de persistente desconfiança.

Outro fator viria ainda contribuir para aumentar a desconfiança e a tensão já existente: o pertencimento a diferentes contextos regionais. Esse fator era potencializado pela prática recorrente, relatada por algumas entrevistadas, de desrespeito a regras por alguns estados que tradicionalmente detinham mais capital político e econômico. É o que afirmou Johari, quando falou sobre esse problema: *“E ainda tinha isso, você fazia as orientações e dizia são X pessoas por estado, X delegadas, X participantes e ninguém obedecia, invadiam mesmo, entendeu? E aí isso prejudicava um pouco a coisa andar.”* O Rio de Janeiro, por exemplo, costumava desrespeitar a quantidade de delegadas que podia enviar. Como afirmou Adeola, *“O Rio de Janeiro sempre teve prática de fazer assim: ‘Você tem três vagas’, e vêm 50 pessoas.”* O descumprimento pelo estado do Rio de Janeiro no que diz respeito ao número de participantes que poderia enviar sugere, vale repetir, que estava em causa a utilização de um maior acúmulo de poder, pois as ativistas do eixo sul-sudeste tinham mais visibilidade que as das demais regiões, o que contribuía para que acreditassem que poderiam impor certas regras e descumprir outras. Na página 20 do Relatório Final do encontro, representantes da Bahia registraram o seu descontentamento com essa presunção e, particularmente, com o fato de as ativistas do Rio de Janeiro terem extrapolado o número de vagas pré-estabelecido:

Ineficiência administrativa por parte da Comissão de Secretaria – RJ, o que resultou dificuldades no controle de nº de participantes inscritas no encontro gerando conflito entre as participantes e Comissão Estadual – Ba; Nº de participantes desproporcional ao índice de população negra e nível de organização do movimento por Estado. A exemplo do RJ que contou com quase 50% das participantes do encontro.

Dezesseis estados e o Distrito Federal participaram do II ENMN. A região que teve menos estados participando do encontro foi a Norte e a que mais teve inscritas foi a Sudeste que, assim como a região Sul, teve representantes

de todos os estados que dela fazem parte. A significativa participação do eixo sul-sudeste pode ser decorrência da visibilidade das ativistas dessas regiões e do seu maior poder de mobilização e articulação para a captação de recursos. O estado da Bahia, que sediou o encontro, teve a participação de 48 mulheres, sendo a terceira maior representação. O estado de São Paulo ocupou o segundo lugar, com 73 participantes. Em primeiro lugar estava o Rio de Janeiro que teve uma delegação de 203 mulheres, representando aproximadamente 47,5% do total de inscritas no evento. Esse número exacerbado exerceu um impacto negativo na infraestrutura do evento, notadamente no quesito *hospedagem*, o que gerou uma grande ansiedade na comissão local que estava preocupada com o bem-estar de todas as participantes. As questões logísticas mesclavam-se com outras de natureza política, como bem se vê no depoimento de Ayan, pois estava ali em jogo, segundo ela, hierarquizações de regiões e desvalorização das estratégias das ativistas negras do norte-nordeste:

Nesse encontro a gente teve que enfrentar as mulheres do Rio de Janeiro, porque sempre tem uma guerra com o pessoal do norte e do nordeste, sempre teve isso dentro de todos os movimentos, e o das mulheres também não fica atrás. Essas mulheres negras queriam atropelar o processo, e sempre houve essa disputa de poder. E aí trouxeram ônibus, elas só tinham quinze vagas. Não deixamos nenhuma na rua, mas a gente teve que enfrentar elas (...). (Ayan).

Uma narrativa diferente daquelas feitas até agora sobre os conflitos e tensões ocorridas no encontro foi produzida por Latasha, outra de nossas entrevistadas. Ela salientou que nem todas as participantes eram recebidas com satisfação no II ENMN e responsabilizou parcialmente as organizadoras baianas pela belicosidade e pelas situações de mal-estar que foram criadas.⁵ Contudo, uma análise do seu discurso mostra um esforço de não individualizar os problemas, nem tampouco remetê-los exclusivamente ao campo da conduta pessoal das ativistas baianas. Ao contrário, ela buscou aprofundar a sua reflexão sobre os incidentes associando-os à história de divisão interna do movimento negro, em geral, e do movimento de mulheres negras do estado da Bahia, em particular.

As organizações do movimento negro eram tão antagônicas [na Bahia], e ainda são. Mas, naquele tempo, eram muito mais antagônicas [de modo] que impossibilitava uma articulação mais consistente. Inclusive influenciavam [negativamente] o desenvolvimento da articulação nacional. É porque não só a questão territorial dos privilégios regionais, mas está na belicosidade da disputa no interior da Bahia em nome das organizações guarda-chuva, em que essas mulheres estavam que não permitiam a construção de um projeto em comum, e que eu tenho a impressão que até hoje não permite. E as dificuldades inclusive que ainda hoje as organizações da

5 Essa afirmação de Latasha não traz uma reflexão sobre a parte operativa e os problemas ocasionados pelo número de participantes do Rio de Janeiro.

Bahia têm de se nacionalizar, nesse aspecto, tem a ver com essa belicosidade. Porque aqui no sul e sudeste, as organizações que estavam construindo o 87, 88, eram de mulheres que vinha do movimento negro, mas estavam enfatizando a construção dessa irmandade de mulheres. (Latasha).

Outro elemento que poderia elucidar as tensões aqui relatadas e que, em tese, explicariam parte das supostas dificuldades das ativistas baianas, refere-se às vinculações entre o movimento negro e os partidos políticos, as quais nem sempre eram muito harmônicas.

Na Bahia eram muito fortes as presenças das agendas partidárias. Particularmente o *PCdoB* influenciou bastante as relações, e não eram relações delicadas. E o MNU, que não era um partido em particular, mas se comportava enquanto partido e também [era] bastante belicoso. E nessas duas organizações estavam as pessoas de ponta que mais expressão nacional tinha do movimento negro da Bahia, o que dificultou elas. As articulações que elas faziam era com base nisso também. Não estou dizendo que o *PCdoB* só fazia com outras mulheres do *PCdoB* de outros estados, ou que o MNU só fazia com o MNU! Nós temos organizações de mulheres negras que são mais antigas que as do sul e sudeste, por exemplo, as de mulheres do Maranhão, que estão lá há um tempão. Mas como elas não eram vinculadas a essas tendências tão belicosas, foi possível circular com mais facilidade. Pelo menos essa é a impressão que eu tenho. Posso estar errada, mas eu tenho a sensação que é isso uma das dificuldades.

Rios (2014) explica a relação dos movimentos negros com partidos políticos. Ao investigar a relação entre esses dois atores e o Estado, ela revelou que jovens negros, principalmente os (as) que residiam em São Paulo e Rio de Janeiro, que cursavam o ensino superior no período da ditadura militar, vivenciaram situações de resistência política que lhes possibilitaram conhecer e participar de partidos clandestinos de esquerda. Esses (as) jovens também frequentavam lugares de socialização de maioria negra. Foram alguns (mas) deles (as) que criaram os movimentos negros contemporâneos e também se aproximaram ou se filiaram a partidos políticos, pois “(...) em sua gênese, *frações expressivas do movimento negro contemporâneo formaram-se na ‘frente de esquerda’ que fazia oposição à ditadura durante os anos 1970 e início dos 1980.*” (RIOS, 2014, p. 50). A autora mostra ainda que vários ativistas do MNU participaram da formação e se filiaram ao Partido dos Trabalhadores, levando para dentro deste as questões raciais.

Já Jesus (2008) mostra que o PC do B há muito tempo tinha como pauta as questões de gênero e raciais, tanto que realizou, na cidade de Salvador, em 1988, o I Congresso Nacional das Mulheres Emancipacionistas e, no mesmo ano, fundou a União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO). A vinculação do partido político com a UNEGRO não é explorada na investigação de Jesus,

mas nos dá pistas do porquê as mulheres negras ligadas a esta organização também levaram pautas, conforme a fala de algumas entrevistadas, para o interior do II ENMN.

Iruwa também comenta sobre a interferência política partidária no encontro:

No encontro de mulheres negras a gente tem as primeiras discordâncias causadas por partidos políticos. Pelo PCdoB, ele [referindo-se a um militante do partido] leva as mulheres da UNEGRO e a UNEGRO manda muitas mulheres. A UNEGRO sempre foi muito forte em Salvador. Não sei agora, mas naquela época era muito forte. E ele vai todo dia de manhã [para o Encontro], faz reunião com as mulheres e dá as deliberações. Entre as deliberações deles, que a gente não concordou e nem poderia concordar, é que entrassem mulheres brancas à vontade e que entrassem homens negros. E nós dissemos: “Ôh! Encontro de negros já existe; esse é um encontro de mulheres negras. Encontro de brancas já existe, o encontro feminista. Esse é o encontro no momento específico de mulheres negras! Se essas mulheres negras resolverem abrir o encontro pra homens e pra brancos, é esse movimento que tem que dizer isso, e não o partido A nem o partido B, nem a organização A e nem a organização B. É a organização de mulheres negras, é a comissão nacional de mulheres negras.” Então os grandes embates se dão dentro do movimento basicamente por causa destas questões e a forma também de tratarmos algumas questões em pequenos grupos que muita gente era contra (...) (Iruwa)

Adeola que, como vimos no início desse artigo, foi uma das ativistas baianas que abandonou a organização do encontro, também tratou desse tema, destacando as estratégias, vistas como desagregadoras e nocivas, utilizadas por partidos políticos para interferir nas dinâmicas e deliberações do II ENMN, tendo sido essa uma das razões do seu afastamento.

Então, essa prática, que naquela época era muito forte, era muito vigente, que era a prática de você atropelar, de você dar golpe, de você fazer uma reunião hoje e quando você voltar as coisas tinha tomado um outro caminho, que aconteceu demais com a gente. Mesmo nós mulheres negras desde o início [tentamos] fazer uma militância diferenciada, mas quando o partido chega ele tem a mesma prática, ele traz na sua prática e ele traz pessoas que não têm formação política nenhuma com um monte de limites só pra fazer isso o que a gente chamaria de os cães de guarda. E aí eu sempre tive dificuldade de lidar com isso e é isso que me tira do segundo encontro. (Adeola).

As pautas do II ENMN

Apesar dos problemas que marcaram o encontro, não há dúvidas de que ele foi relevante para as participantes.

Nele, diversos temas (o histórico e a avaliação do movimento das mulheres negras; mulher negra e poder; procriação, extermínio de crianças e adolescentes negros e a subjetividade da mulher negra) foram discutidos (Relatório

final do IENMN, 1991). Mesmo passadas mais de duas décadas do encontro, percebemos o quanto essas discussões são atuais e ainda constituem bandeiras de luta das mulheres negras organizadas. O encontro produziu um grande impacto no processo de formação da identidade do feminismo negro e do empoderamento das ativistas. Sobre isso, vale ler o relato de Ayan:

Eu já lembro mais do segundo, além das brigas, mas foi positivo aquele momento de ver que não é só a Bahia, não era só eu enquanto mulher de periferia que estava naquele processo, tinha outros estados, então isso me fortalecia, e ver mulheres poderosas, como eu dizia naquela época, tudo letrada, e a gente que não estava sabendo ainda o que era isso, estava ali no meio, então isso ajudou muito. (Ayan).

Um dos momentos desse empoderamento foi a sua participação, estimulada por Johari, na mesa denominada “*Por que Mulher Negra?*”⁶ Inicialmente, falar na presença de outras mulheres com maior escolaridade e mais tempo na militância inibiu Ayan. No entanto, ela logo se deu conta de que o importante naquele espaço eram suas vivências, experiências e trajetórias. Foram esses elementos que permitiram a ela que, na condição de palestrante, desvendasse em sua fala, durante o encontro, o que é ser mulher negra em uma sociedade machista e racista.

Aí mudou a minha concepção com relação às poderosas. As poderosas também viveram da mesma forma que eu. E eu fiz elas lembrarem que elas não podem esquecer jamais daquele outro lado, porque, às vezes, a gente machuca as pessoas. Não empodera, só afasta. Então a minha fala foi nesse sentido: lhes contando a minha experiência de mãe, das minhas irmãs, da minha comunidade, do que eu fazia no meu bairro. Então ali mudou tudo. Aí eu virei Ayan com sobrenome. Porque eu era Ayan; depois dali Ayan, com nome e sobrenome.

A fala de Ayan sobre ter “*nome e sobrenome*” lembra Lélia Gonzalez quando, em uma de suas entrevistas, afirmou que “*negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles.*” (GONZALEZ apud BAIROS, 1994, p. 02).

Outra mesa, intitulada “*Mulher e poder*” foi considerada por Johari como uma das mais significativas do encontro. Foi quando da sua realização que ela se deu conta da importância de as mulheres negras exercerem o poder no campo político-partidário.

No segundo [encontro] o que eu acho que ficou claro pra mim [foi] essa bandeira do poder, que a gente começou a discutir. Foi inclusive uma parte da fala de Benedita, “mulher negra e poder pode”, e pra mim essa foi a mesa no caso com tema mais forte do segundo [encontro]. Tanto é que depois Jurema se elegeu vereadora lá no Rio de Janeiro.

6 Além de Ayan, a outra participante dessa mesa foi Maria José L. Silva, do Rio de Janeiro.

Outro tema que foi discutido no II ENMN foi a lesbianidade. Isso foi feito através de uma oficina, coordenada por Sandra Belo, denominada “*Amor entre mulheres.*” Iruwa lembra que a inserção desse tema não se deu de forma pacífica, mas que desempenhou a função de dar visibilidade a uma discussão que era muito pouco realizada pelo movimento de mulheres negras. Ela questiona a não abordagem da lesbianidade pelo movimento de mulheres negras e diz que as que se propuseram a discutir sobre essa realidade sofreram algum tipo de segregação: “*Você vê que num conjunto de movimento de mulheres negras, as organizações das mulheres negras não trabalham a questão da lesbianidade, fala de tudo menos lesbianidade, até parece que não tem lésbicas entre elas.*” (Iruwa). Essa percepção é corroborada por estudos como o de Santos e Góis (2007) que relata como as lésbicas negras não se viam representadas nem no movimento negro nem no movimento feminista na cidade do Rio de Janeiro. Em função disso, elas se organizaram e passaram a publicizar as suas demandas específicas. Também vale destacar as conclusões de Marcelino (2012, p. 163) que, em sua pesquisa sobre a trajetória de lésbicas negras, afirma que essas, ao se reconhecerem como tal, devem “*saber que sua identidade significa o enfrentamento de uma opressão que envolve ao menos dois estigmas: a negritude e a lesbianidade.*”

A “*Procriação, Extermínio de Crianças e Adolescentes Negros*”⁷ foi outro tema debatido no encontro. Nessa oportunidade, foi discutida a esterilização em massa das mulheres negras. Trata-se de uma reflexão que, segundo Adeola, já estava em curso antes da realização do II ENMN e que era feita, dentre outros meios, através da campanha intitulada “*Esterilização de mulheres negras: do controle da natalidade ao genocídio do povo negro*”.

De acordo com Lopes e Werneck (2000, p. 10), o objetivo da campanha era “*denunciar o viés racista das iniciativas de controle populacional, eufemisticamente definidas como de planejamento familiar, empreendidas por organizações não governamentais brasileiras e internacionais nas diferentes regiões do país.*” As autoras concluem que essa campanha também denunciou o uso de técnicas experimentais de esterilização, o que contrariava leis nacionais e internacionais. Esse processo foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em 1991 na Câmara dos Deputados, que confirmou as denúncias de esterilização em massa das mulheres com e sem o seu consentimento (VENTURA, 2010). Também compôs esse cenário de discussões sobre esse assunto a IV Reunião Preparatória para o primeiro Encontro Nacional de Entidades

7 As palestrantes dessa mesa foram: Dr.^a Ana Reis (Rede de Desenvolvimento Humano/REDEH-BA), prof.^a Mary G. Castro (socióloga e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia), Jurema Werneck (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas/CEAP-RJ), Lúcia Xavier (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/RJ), Edna Roland (GELEDES/SP) e Maria Alice.

Negras, ocorrido em Salvador, no período de 30 de maio a 02 de junho de 1991. Dele participou a ativista negra e médica Jurema Werneck, que mostrou dados do documento produzido pelo governo norte-americano intitulado *Os efeitos do crescimento da população mundial para a segurança dos Estados Unidos e outros interesses*. Tal documento deixava evidente que a ligadura de trompas nas brasileiras servia a interesses econômicos e à defesa da ideologia de branqueamento proposta por aquele país. Além disso, o documento mostrava que 70% dessas cirurgias eram feitas gratuitamente por clínicas da rede privada. (JORNAL A TARDE, 1991).

Concomitantemente à discussão sobre a esterilização das mulheres negras ocorria o debate relativo ao extermínio das crianças e jovens negros. Em 1989, foi lançada pelo CEAP a campanha “*Não mate nossas crianças*”. O jornal *A Tarde* publicou uma matéria sobre o crescente extermínio de crianças e adolescentes, reconhecido pelo Estado por meio do pronunciamento de Alceni Guerra, então ministro da Saúde e da Criança. Ele afirmou para uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tratava desse tema que grande parte das crianças abandonadas e vítimas de violência era negra.

Um leitor do jornal criticou o ministro, afirmando que este insinuava que o Brasil era um país racista que exterminava crianças e esterilizava mulheres negras. A professora e ativista Ana Célia da Silva rebateu o leitor escrevendo um texto para o jornal, no qual destacou a existência de uma denúncia do extermínio de crianças feita pela Anistia Internacional, pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelos movimentos negros. Ela também salientou que esconder as atitudes racistas que representam, na atualidade, o extermínio de brasileiros pobres “(...) *é estar contra a luta por justiça social e direitos humanos que se inicia no Brasil e nas nações democráticas, em favor dos despossuídos e marginalizados da segunda nação de maioria negra do mundo, a nação brasileira*” (JORNAL A TARDE, 1991). Esse posicionamento de Ana Célia revela o quanto as ativistas negras de Salvador estavam atentas às questões relacionadas ao conjunto da população negra.

Momentos finais e resultados do II ENMN

Divergências de pensamento emergiram no final do evento. Talvez uma das mais importantes tenha sido sobre a sua natureza: um espaço de trocas e discussões ou um espaço deliberativo? O regimento do encontro não previa votações, mas apenas momentos de falas que não poderiam ultrapassar três minutos. As deliberações deveriam ficar restritas ao planejamento do III ENMN: local, comissões, público-alvo etc. (Relatório Final II ENMN). Entretanto, segundo Iruwa, muitas participantes queriam votar as recomenda-

ções retiradas dos grupos, repetindo uma prática que ela considera masculina e que refletia, na nossa opinião, modelos adotados em muitos espaços que eram frequentados por essas mulheres, a exemplo das reuniões deliberativas dos partidos políticos, sindicatos e outras organizações dos movimentos sociais. Iruwa faz uma apreciação dos momentos finais do encontro nos seguintes termos:

A gente tava tentando abolir a questão de crachá pra votar, entendendo que isso era uma coisa dos homens, criada pelos homens e que eles se viravam muito bem nisso daí, mas, que nós sempre tivemos muita dificuldade. Questão de ordem! Questão de esclarecimento! Questão de não sei o quê! Aquilo era um encontro, não era um congresso, não era uma conferência. Nós sempre dissemos: gente, isso é um encontro, encontro a gente não vai votar nada, a gente não pode passar aqui uma discutindo matrizes africanas, outra discutindo ali como é que eu faço boneco, outra discutindo ervas, outra discutindo sexualidade, outra discutindo homossexualidade, outra discutindo aborto, depois vamos pra uma plenária votar o quê? Eu vou lá, que não entendo pitomba nenhuma de educação, ficar votando nas questões de educação? Isso aqui não é pra votar, isso aqui é um encontro. Muita gente ficou com muita raiva porque queria crachá pra votar. Queria votar porque representava A, porque representava B. Me lembro de uma companheira que dizia assim: “Eu represento o meu estado!” E eu dizia pra ela: “Menina, seu estado nem sabe que você está aqui!”

O II ENMN não produziu uma agenda final de trabalho. Diferentes fatores parecem ter contribuído para isso. Um deles é que a identidade *mulher negra* não foi suficiente para promover uma unificação de bandeiras de lutas. O conjunto das participantes possuíam outros pertencimentos identitários e advogavam por projetos diferentes, o que gerava desconfiças e expectativas diferentes.

Algumas pessoas queriam afirmar a sua própria identidade. Outras não estavam aí pra formar uma identidade, mas para disputar um projeto político. Outras porque fazia parte da agenda política da sua organização, algumas sindicalistas, algumas de partido político, outras de outras coisas. Então se colocou uma expectativa grande demais que não possibilitou construir uma agenda. A gente saiu pela identidade, mas não chegava a lugar nenhum, em um projeto comum. E isso continua assim. A gente se junta pela identidade, mas a identidade não é o suficiente para dar conta, identidade não é projeto político. (Latasha).

Adeola foi outra entrevistada que abordou a dificuldade de produção de uma agenda ao final do encontro. De um lado, ela salienta o grande número de ativistas negras existentes na Bahia que, em conjunto, seriam capazes de produzir um plano estratégico de ação. Por outro, ela destaca que, mesmo assim, persistiam problemas que limitavam o uso desse capital político e social, notadamente a pouca autonomia em relação aos homens e a ingerência político-partidária.

Eu sempre afirmei que no Brasil não tem quadro de mulheres negras como tem na Bahia. Na Bahia se a gente pegar, fechar o olho assim e dizer: “gente, vamos fazer

uma reunião com as mulheres negras boas”, no mínimo a gente reúne umas 40. (...) Se a gente sentar e montar um plano estratégico de formação, nós avançaremos para onde a gente quiser. Agora a dificuldade de a gente fazer isso sempre se deu em função da baixa autonomia das mulheres em relação aos homens, pois a gente tem um monte de mulheres que são os homens que continuam mandando. Um bando de fracassados, mas que subalternizam as mulheres e a baixa autoestima das mulheres faz com que elas fiquem subalternizadas. Os partidos políticos que roubam parte das mulheres da gente e elas na expectativa que serão outras coisas por lá e elas continuam sendo tratadas como elas são tratadas. E a questão do cotidiano da vida da gente mesmo. (Adeola).

Superar essas questões é imperativo para o movimento de mulheres negras.

Algumas recomendações foram propostas ao final do II ENMN: revisar os currículos e as avaliações escolares; garantir o acesso e a permanência de estudantes com baixo poder aquisitivo e negros na escola; assegurar a formação continuada dos professores em História da África; confeccionar materiais didáticos com sentido antirracista e antimachista; denunciar, por meio da mídia, o extermínio de crianças e adolescentes negros e a esterilização das mulheres etc. Essas sugestões ainda estão na agenda atual de reivindicações do movimento de mulheres negras.

Considerações finais

O II ENMN propiciou a discussão de diversas questões macrosociais. Isso o transformou em um lugar privilegiado para a reflexão sobre a condição vivenciada pelas mulheres negras no Brasil e permitiu a formulação de estratégias que retroalimentassem suas lutas diárias contra todas as formas de exploração sentidas. Observa-se que temas que nos dias de hoje estão presentes na agenda do movimento negro – a exemplo da esterilização em massa das mulheres negras, a violência policial, o extermínio da juventude negra, uma educação formal que contemple a história e a cultura africana e afro-brasileira, o direito aos bens básicos, entre outros –, já estavam sendo discutidos pelas ativistas no II ENMN. A presença desses temas no encontro permite concluir que elas, para além das suas demandas específicas, estavam também preocupadas com dilemas que atingiam a toda a população negra.

A maior aproximação das ativistas atuantes na cidade de Salvador com as de outros estados comprovou que essas mulheres, mesmo tendo demandas em comum, são plurais. E essa pluralidade foi confirmada ao se pensar e realizar o II ENMN: divergências, embates de ideias e entre interesses pessoais e de grupos vieram à tona. Apesar disso, o encontro gerou uma série de ganhos políticos que repercutem até hoje, pois a partir dele foram fortalecidas redes e ampliadas articulações nacionais e internacionais.

Referências

- BAIRROS, L. **Lembrando Lélia Gonzalez**. Disponível em <www.criola.org.br/artigos/LEMBRANDO_LeLIA_GONZALEZ.pdf>. Acesso em: 01/2015.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, 2003.
- GONZALEZ, L. **Entrevista concedida ao Jornal MNU**, n. 9, 1991.
- HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília: Ipea, 2001.
- II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS. **Boletim Informativo**, 1991.
- II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS. **Relatório Final**, 1991.
- JESUS, J. W. P. **Memórias de uma esquerda em transição: militância comunista, espaço e sociedade na Bahia (1974-1991)**. Santo Antônio de Jesus, 2008.
- LOPES, F.; WERNECK, J. Saúde da população negra da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, J. (Org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2000.
- MARCELINO, S. R. S. Trajetórias de mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez. In: FONSECA, D. P. R.; LIMA, T. M. O. (Orgs.) **Outras mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.
- RIOS, F. M. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SANTOS, R. C. B.; GÓIS, J. B. H. Gênero, raça e solidariedade. **Revista Gênero**, v.8, n.1, 2007.
- SILVA, J. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, J.; PEREIRA, A. M. **O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.
- VENTURA, M. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA, 3. ed., 2010.

Recebido em março de 2016.

Aprovado em dezembro de 2016.

